



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

I – Necessidade da contratação:

Este processo visa à contratação de seguro patrimonial para os prédios e conteúdo (móveis, máquinas e equipamentos) de propriedade deste Tribunal, para o período de vigência de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação da vigência contratual, observando previsão do art. 107 da Lei 14.133/2021.

O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região possui missão institucional de realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Esta contratação visa assegurar os meios necessários para resguardar o patrimônio deste Tribunal, garantindo os recursos necessários na promoção da pacificação social, de forma célere e com qualidade.

Estamos instruindo este processo em face de determinação da Secretaria Administrativa. Justifica-se a contratação de seguro para os imóveis do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região por ser medida essencial para proteger o patrimônio público e garantir a continuidade dos serviços prestados à sociedade.

Os imóveis do Tribunal do Trabalho representam investimento significativo de recursos públicos. A contratação de seguro protege esses bens contra riscos como incêndios, inundações, danos elétricos e outros eventos adversos, evitando prejuízos financeiros que poderiam impactar negativamente no orçamento público.

Em caso de sinistros, a cobertura do seguro permite a rápida recuperação e reparação dos danos, garantindo que as atividades do Tribunal não sejam interrompidas. Isso é crucial para manter a prestação de serviços judiciais à população, evitando atrasos e prejuízos aos cidadãos que dependem dessas atividades.

Dessa forma, sob o enfoque do interesse público, a contratação de seguro demonstra uma gestão responsável e eficiente dos recursos públicos, alinhada com os princípios da administração pública. Ao mitigar riscos, o Tribunal assegura que os recursos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

sejam utilizados de forma prudente e que o patrimônio público seja preservado para as gerações futuras.

II – Previsão da contratação no Plano de Contratações Anual e alinhamento ao Planejamento Estratégico":

Este Processo Administrativo está alinhado com o Planejamento Estratégico, nos termos da Resolução Administrativa 66/2021, com o objetivo Estratégico "Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira: Atender aos princípios constitucionais da administração pública, por meio de mecanismos efetivos de levantamento das necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal, voltados ao aprimoramento da prestação jurisdicional e à redução dos custos operacionais" e com o com o objetivo estratégico: "Promover o trabalho decente e a sustentabilidade".

Esta contratação está alinhada com o Plano de Logística Sustentável, especificamente os itens do plano de ação: 14.1 - Manter a aplicação das diretrizes do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho nas aquisições e contratações; e 14.2 - Submeter à análise e acompanhamento da unidade de sustentabilidade os Estudos Preliminares para averiguação quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade.

A contratação está prevista no plano anual de contratações dos exercícios de 2026 e 2027.

As despesas inerentes à presente contratação correrão à conta do orçamento do CONTRATANTE, no Programa de Trabalho 02.122.0033.4256.0054 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho), conforme o seguinte detalhamento: classificação funcional programática 02122003342560054 e categoria econômica da despesa 3 (despesa corrente); na Natureza de Despesa nº 3.3.9.0.39.69 (Outros Serviços de Terceiros - PJ - Seguros em Geral; Item SIGEO do exercício de 2026: CML 151252026491475.

Os servidores indicados para Gestão e Fiscalização são: João Márcio Hidalgo Talarico (Gestor), Paulo Dionel Da Silva (Gestor Substituto, Paulo Sergio Petri (fiscal) e Rafael Guimarães Oshiro (Fiscal substituto).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

III – Requisitos da Contratação:

A contratação dos seguros será destinada aos imóveis de propriedade deste Tribunal. Dessa forma, não serão considerados aqueles que são alugados.

Em relação aos imóveis cedidos, o valor segurado será apenas em relação ao conteúdo.

Nesse sentido, a declaração de valores em risco é:

Cidade	Endereço	Valor conteúdo	Valor Propriedade	Valor Total
Amambai	Rua Benjamin Constant, 929 - Centro CEP: 79990-000	415.609,57	795.963,92	R\$1.211.573,49
Aquidauana	Rua Luis da Costa Gomes, 473 - Centro CEP: 79200-000	280.030,14	771.351,96	R\$1.051.382,10
Bataguassu	Avenida Campo Grande, 105 – loteamento Pat. Bataguassu CEP: 79780-000	378.135,87	775.033,62	R\$1.153.169,49
Fórum Trabalhista de Campo Grande	Rua Jornalista Belizário Lima, 418 – Vila Glória CEP: 79004-915	1.101.828,67	13.473.000,00	R\$14.574.828,67
Sede TRT - Campo Grande (* Valor conteúdo do Prédio sede e Almoxarifado)	Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 208 - Jardim Veraneio CEP: 79031-908	16.382.749,15	30.700.000,00	R\$47.082.749,15
Chapadão do Sul (Imóvel cedido)	Avenida Onze nº 1.062, Centro. CEP: 79560-000	463.026,26		R\$463.026,26
Corumbá	Alameda Joaquim Alcides Pereira, 16 – Dom Bosco CEP: 79303-060	515.740,69	1.169.549,66	R\$1.685.290,35



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Coxim	Rua Joao Pessoa, 247 – Centro CEP: 79400-000	246.455,15	622.000,00	R\$868.455,15
Dourados	Rua Visconde de Taunay, 250 CEP: 79814-140	705.625,00	2.637.000,00	R\$3.342.625,00
Fátima do Sul (Imóvel cedido)	Rua Marechal Rondon, 1295 CEP: 79700-000	265.207,07		R\$265.207,07
Jardim	Avenida Duque de Caxias, 55 – Centro CEP: 79240-000	357.834,15	1.323.187,07	R\$1.681.021,22
Mundo Novo	Avenida Castelo Branco, 219 – Centro CEP: 79980-000	157.450,24	929.300,14	R\$1.086.750,38
Naviraí	Avenida Caarapó, 788 - Centro CEP: 79950-000	406.043,37	677.501,30	R\$1.083.544,67
Nova Andradina	Rua José Gomes da Rocha, 1249 - Centro CEP: 79750-000	356.428,08	904.307,48	R\$1.260.735,56
Paranaíba	Rua José Robalinho da Silva, 130 – Jardim Santa Mônica CEP: 79500-000	403.999,81	1.219.000,00	R\$1.622.999,81
Ponta Porã	Travessa dos Poderes, 183 CEP: 79904-192	338.722,40	749.000,00	R\$1.087.722,40
Rio Brilhante	Rua Etelvina Vasconcelos, Nº 198 - Centro CEP: 79130-000	520.941,04	786.918,44	R\$1.307.859,48
São Gabriel do Oeste	Avenida Castelo Branco, 473 CEP: 79490-000	410.830,13	775.000,00	R\$1.185.830,13
Três Lagoas	Avenida Dr. Clodoaldo Garcia, 350 – Santos Dumont	636.597,97	1.300.000,00	R\$1.936.597,97



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

	CEP: 79630-000			
--	----------------	--	--	--

Conforme a relação, O montante a ser segurado refere-se aos bens patrimoniais (edificação, móveis, máquinas e equipamentos).

Quanto aos valores de coberturas mínimas a serem exigidos, é requisito indispensável que a apólice seja emitida na modalidade de Primeiro Risco Absoluto, vedando-se a aplicação de cláusula de rateio em caso de sinistros parciais. Isso é necessário para blindar o órgão contra glosas na indenização decorrentes de eventuais variações na avaliação patrimonial, garantindo que o valor contratado (LMI) esteja 100% disponível para cobrir o prejuízo apurado.

A contratação será na modalidade de LMI Único (Limite Máximo de Indenização Único) por evento. Os valores abaixo representam o teto máximo que a seguradora pagará por sinistro, independentemente de qual unidade (ou quantas unidades simultaneamente) foi afetada, baseado no risco isolado da maior unidade do órgão:

Incêndio, queda de raio e explosão e queda de aeronave	Vendaval e chuva de granizo	Impacto de veículos	Danos elétricos	Roubo ou furto qualificado de bens
R\$47.082.749,15	R\$2.000.000,00	R\$400.000,00	R\$300.000,00	30.000,00

Quanto às condições de contratação:

Forma de Contratação A apólice será emitida, obrigatoriamente, na modalidade de Primeiro Risco Absoluto

Fica vedada a aplicação de cláusula de rateio em caso de sinistro. A seguradora garantirá a indenização integral dos prejuízos apurados até o limite do LMI contratado para cada cobertura, mesmo que o Valor em Risco Declarado seja superior ao LMI.

Franquias e Participação Obrigatória do Segurado (POS): as franquias serão deduzidas dos prejuízos apurados em cada sinistro, aplicando-se os seguintes parâmetros máximos aceitáveis:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Admite-se a Participação Obrigatória do Segurado (franquia) na cobertura básica, com percentual de no máximo 15% dos prejuízos indenizáveis, mesmo que tenha agrupada a cobertura para queda de aeronave.

Admite-se franquia mínima de 10.000,00 (dez mil reais) para a cobertura deste subitem.

Admite-se a Participação Obrigatória do Segurado na cobertura de vendaval, com percentual de no máximo 10%, mesmo que tenha agrupado impacto de veículos e queda de aeronave.

Admite-se franquia mínima de 10.000,00 (dez mil reais) para a cobertura deste subitem.

Admite-se a Participação Obrigatória do Segurado na cobertura de Impacto de Veículos, com percentual de no máximo 10%, mesmo que tenha agrupado queda de aeronave e vendaval.

Admite-se franquia mínima de 10.000,00 (dez mil reais) para a cobertura deste subitem.

Admite-se a Participação Obrigatória do Segurado na cobertura de danos elétricos, com percentual de no máximo 10%.

Admite-se franquia mínima de 3.000,00 (três mil reais) para a cobertura deste subitem.

Admite-se a Participação Obrigatória do Segurado na cobertura de Roubo/furto de bens, com percentual de no máximo 20%.

Admite-se franquia mínima de 2.000,00 (dois mil reais) para a cobertura deste subitem.

No que se refere aos eventos possíveis, seguem as conceitualizações e hipóteses de ocorrência:

Garantia roubo de bens: a danificação na edificação e todos os bens eletroeletrônicos portáteis (como notebook) que estiverem no interior dos endereços segurados terão cobertura para roubo/furto qualificado.

Danos elétricos: a edificação e todos os equipamentos eletroeletrônicos portáteis ou não que estiverem no interior dos endereços segurados terão amparo na garantia de danos elétricos.

Garantia básica de incêndio, queda de aeronaves, queda de raio e explosão: a edificação e os equipamentos eletroeletrônicos, portáteis ou não, que estiverem no interior dos endereços segurados estarão cobertos pela garantia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Vendaval: a edificação e todos os bens eletroeletrônicos portáteis (como notebook) que estiverem no interior dos endereços segurados terão cobertura.

Para todas as coberturas, considera-se a cláusula de reposição pelo valor de novo (sem depreciação).

Reconhecida a cobertura, a seguradora terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para pagar a indenização ou o capital estipulado.

Por fim, não está prevista a cobertura para perdas de qualquer espécie, em documentos processuais, livros e publicações.

A previsão de não cobertura para documentos processuais, livros e publicações alinha-se às práticas consolidadas do mercado segurador. Apólices padronizadas de Seguro Patrimonial indenizam apenas o custo da mídia física, excluindo o conteúdo intelectual e informacional, pois é inviável quantificar financeiramente e de forma objetiva o prejuízo de processos livros e publicações. Exigir tal cobertura poderia tornar a licitação deserta ou fracassada. Importante destacar que este Tribunal está tentando contratar seguro patrimonial há dois exercícios, sem êxito. Incluir cláusulas não usuais apenas dificultaria ainda mais a contratação.

Além disso, conforme informações obtidas no mercado, o seguro só é viável, quando o objeto segurado é mensurável. Característica incompatível com documentos processuais, livros raros e publicações.

Em relação ao apontamento em parecer jurídico da Assessoria de Integridade e Conformidade de gerenciamento de risco em relação à falta de cobertura de documentos processuais, livros e publicações, cumpre esclarecer que o tema foge ao escopo desta contratação. O Seguro Patrimonial visa proteger os bens físicos da instituição. A proteção e a integridade do acervo processual, administrativo e bibliográfico estão atreladas a ações de nível estratégico e de segurança da informação (como políticas de backup, redundância de dados do processo eletrônico e plano de continuidade de negócios), mecanismos muito mais abrangentes e de natureza distinta da reposição de ativos físicos coberta por esta apólice.

As especificações dos itens e as condições de entrega e recebimento constantes do Termo de Referência as mesmas diretrizes utilizadas na última licitação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Importante destacar que a instrução destes autos observou a experiência de processos anteriores, inclusive, quanto à qualidade dos serviços prestados e o fracasso da última licitação. Levando a adoção do LMI-Único, bem como do orçamento sigiloso para a licitação.

A definição das condições de execução e pagamento, o regime de fornecimento de bens e condições de recebimento estarão descritas de forma pormenorizada no Termo de Referência. Entendemos, s.m.j, não ser necessário replicar aqui no ETP na íntegra as informações que constarão no Termo de Referência.

A previsão de pagamento antecipado do prêmio justifica-se por ser uma condição inerente e indissociável da prática do mercado segurador, conforme verificado em contratações anteriores e de outros órgãos públicos. Nesse setor específico, a quitação prévia atua como requisito essencial para a emissão da apólice e a consequente assunção do risco pela seguradora, viabilizando o início imediato da cobertura contratada. Desse modo, a adequação da Administração a essa dinâmica comercial consolida-se como medida indispensável para concretizar a contratação e resguardar o patrimônio público, observado o art. 145, §1º da Lei 14133/2021.

Em relação à adequação e eficiência dos critérios de julgamento e modo de disputa escolhido para fins de seleção da proposta mais vantajosa, esclarecemos que será realizado na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, com o objetivo de realizar contratações sustentáveis, observada a disponibilidade no mercado, considerando os requisitos de qualidade constantes nas especificações. Dessa forma, visamos adquirir o objeto com a qualidade necessária, observando a maior competitividade possível, pelo menor custo.

Quanto aos critérios de habilitação que constarão no Termo de Referência, haverá a habilitação jurídica que será de acordo com o enquadramento empresarial: Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz; e Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Ainda no que se refere aos critérios de habilitação, haverá a habilitação fiscal, social e trabalhista: prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional; prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943; prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. Por outro lado, caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei. Por



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

fim, o fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

No tocante aos requisitos de capacidade econômico-financeira, para que a licitante possa demonstrar a aptidão econômica e técnica para o cumprimento das obrigações contratuais, será exigido Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

O presente certame será processado em regime de ampla participação, não se aplicando a exclusividade para ME/EPP, fundamentado no Art. 49, inciso II da referida lei, pelas seguintes razões:

- Atividade seguradora é regulada pela SUSEP e exige, por norma (Decreto-Lei nº 73/66 e Resoluções CNSP), a constituição sob a forma de Sociedade Anônima e a manutenção de vultosos capitais mínimos e reservas técnicas para garantia de riscos. Tais requisitos de solvência e patrimônio líquido são, por natureza, incompatíveis com os limites de faturamento anual de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (até R\$ 4,8 milhões;
- Pesquisas de mercado demonstram que as companhias seguradoras autorizadas a operar no território nacional não possuem o enquadramento de ME ou EPP. A imposição de exclusividade resultaria no fracasso do certame por ausência de licitantes (licitação deserta), prejudicando o interesse público.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- Ressalta-se que, embora existam corretoras de seguros enquadradas como ME/EPP, estas atuam apenas como intermediárias. O contrato de seguro (apólice) é obrigatoriamente firmado com uma Seguradora, a qual deve deter a solidez financeira exigida pelo órgão regulador, sendo estas invariavelmente empresas de grande porte."

Em relação aos requisitos técnicos, serão exigidos registros e comprovantes de que a licitante é apta a exercer as atividades pertinentes. Para fins da comprovação serão exigidos atestados de contratação seguro, sem restrição de valor ou quantitativo mínimo. O fornecimento de produto compatível com o objeto licitado terá sua capacidade técnica presumida e ficará, a critério do Pregoeiro, dispensada da apresentação do atestado de capacidade técnica. Também será exigida Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que comprove que a empresa está autorizada a operar no mercado segurador brasileiro.

Em relação às cooperativas, propomos a inclusão de participação, tendo em vista decisão da Primeira Câmara do TCU (Acórdão 2463/2019), propondo a revisão da Súmula 281 do TCU, com a edição das Leis 12.349/2010 e 12.690/2012, teria sido inaugurado um novo regramento jurídico acerca das cooperativas, competindo ao órgão licitante analisar com cautela as características do objeto que pretende contratar, especialmente quanto às diversas obrigações dos trabalhadores que executarão os serviços, para verificar se, no caso concreto, as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração, nos termos do artigo 10, I, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017. Dessa forma, a possibilidade de não participação de cooperativas se resume às licitações para contratação de serviços terceirizados, o que não é o caso. Além disso, a Lei Complementar 213 de 2025 altera o Decreto Lei 73/1966, prevendo a possibilidade de sociedades cooperativas operarem seguros.

Não será permitida a participação de consórcios, pois, a participação de empresas em consórcios não representa, por si só, garantia de ampliação de competitividade, ao contrário, pode acarretar, em muitos casos, efeitos danosos à concorrência, na medida em que as empresas associadas deixariam de competir entre si. Além disso, durante pesquisa de mercado, não se encontrou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

nenhuma evidência concreta de que o valor da contratação supere as possibilidades de fornecimento das empresas atuantes regularmente no mercado. Dessa forma, a participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for "de alta complexidade ou vulto", o que não seria o caso do objeto sob exame.

Na hipótese das OSCIP a vedação da participação decorre diretamente do disposto no Acórdão TCU nº 746/2014 - Plenário, nos seguintes termos "1. Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, atuando nessa condição, é vedado participar de certames da Administração Pública Federal, porquanto tal agir implica ofensa à Lei n. 9.790/1999, que dispõe ser o Termo de Parceria o meio adequado de relacionamento entre elas e o Poder Público. 2. A participação de OSCIP em torneios licitatórios da Administração Pública consubstancia quebra do princípio da isonomia, eis que tais entidades possuem benesses fiscais, a elas concedidas para atuarem mediante o estabelecimento de Termo de Parceria".

No tocante à vigência da contratação, optou-se pela contratação por 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação da vigência contratual, observando previsão do art. 107 da Lei 14.133/2021.

Insta registrar a economia processual da vigência do contrato em período superior a um exercício, respeitando o princípio da eficiência na Administração Pública, promovendo: Redução dos custos, tendo em vista a economia de escala obtida com o maior valor contratual; continuidade e qualidade dos serviços prestados, em detrimento da troca frequente de fornecedores; eficiência operacional, evitando interrupções na prestação dos serviços; estabelecimento de relacionamento de confiança com os fornecedores, tendo em vista a contratação de maior prazo; e economia de tempo, pois, a renovação de contratos demanda tempo e recursos administrativos.

A pedido da CONTRATADA poderá haver reajustamento anual do preço, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou, na extinção deste, por outro índice legal que venha a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado.

Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem requerê-lo, ocorrerá à preclusão desse



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

direito em relação ao período anterior à prorrogação, assim como também ocorrerá a preclusão se o pedido de reajuste for formulado depois de extinto o contrato.

Será assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia aos locais. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Será vedada subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato.

Sustentabilidade:

Em atendimento ao disposto na Resolução CSJT nº 310/2021, que aprovou o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, serão observados os seguintes critérios de sustentabilidade:

- A CONTRATADA deve empregar, se for o caso, um número de jovens aprendizes equivalentes a cinco por cento (5%), no mínimo, e quinze por cento (15%), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o Art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943);
- A CONTRATADA deverá cumprir, se for o caso, o quantitativo mínimo previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência;
- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;
- Não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- A comprovação dos critérios de sustentabilidade definidos nos subitens anteriores poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por declaração da CONTRATADA.

IV - Estimativas das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte:

Para a definição dos valores referenciais, realizou-se o levantamento do Valor Total em Risco (VTR) de todas as edificações e conteúdo, totalizando aproximadamente R\$83.951.368,35.

No entanto, para fins de contratação e precificação (prêmio), definiu-se o Limite Máximo de Indenização (LMI) Único para a cobertura básica em R\$ R\$47.082.749,15. Este valor foi estipulado com base no Risco Isolado da maior unidade do órgão (Sede Administrativa em Campo Grande, avaliada em R\$47.082.749,15, calculado pela soma do valor dos bens e do valor predial da localidade).

Os valores em risco foram estipulados com base nos valores constantes no Demonstrativo de Valores Patrimoniais (predial e conteúdo) elaborado pelo Setor de Registro Patrimonial a partir de dados constantes no sistema SCMP (doc. 13).

Para as coberturas acessórias (Vendaval, Danos Elétricos, etc.), os limites foram fixados com base na estimativa de perda máxima provável em um único evento, conforme detalhado no Termo de Referência.

V - Levantamento de mercado e justificativas da escolha do tipo de solução a contratar:

Com base em experiência obtida nas últimas contratações, em pesquisa de mercado e consulta perante outros órgãos públicos, verificamos que a escolha pela melhor solução, é a contratação dos serviços de seguro para os imóveis e conteúdo deste Tribunal, na modalidade LMI Único (Limite Máximo de Indenização Único), com cobertura a Primeiro Risco Absoluto.

Considerando que as unidades deste Tribunal estão dispersas geograficamente por diversos municípios do estado, a probabilidade técnica de um sinistro (como incêndio ou vendaval) atingir todas as unidades simultaneamente com destruição total é desprezível. Portanto, a solução técnica adotada consiste em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

fixar um Limite Máximo de Indenização (LMI) baseado no valor em risco da maior unidade (Sede em Campo Grande), garantindo cobertura integral para o pior cenário possível, sem a necessidade de pagar prêmio sobre a soma total dos ativos, o que geraria custos desnecessários ao erário.

Esclarecemos que foram realizadas consultas ao mercado, para análise das condições aplicáveis a esta contratação.

VI - Estimativas do valor da contratação:

Com base em informação fornecida pela Coordenadoria de Polícia, foram considerados os seguintes equipamentos de segurança:

Localidade	Agentes de Polícia Judicial	Vigilantes	Bombeiro Civil	Cerca Elétrica	Câmeras	Alarme
Amambai	1	N	N	S	8	S
Aquidauana	N	N	N	S	9	S
Bataguassu	N	N	N	S	10	S
CG (Sede)	16	6	N	N	168	S
CG (Fórum)	9	6	2	Parcial	80	S
Chapadão do Sul	N	N	N	S	4	S
Corumbá	N	1	N	S	13	S
Coxim	N	N	N	S	8	S
Dourados	2	1	N	S	20	S
Fátima do Sul	N	N	N	S	9	S
Jardim	N	N	N	S	10	S
Mundo Novo	1	1	N	S	8	S
Naviraí	N	1	N	S	12	S
Nova Andradina	N	N	N	S	8	S
Paranaíba	1	N	N	S	8	S
Ponta Porã	1	1	N	S	11	S



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Rio Brilhante	N	N	N	S	11	S
São Gabriel	N	N	N	S	11	S
Três Lagoas	1	1	N	S	10	S
TOTAL	32	18	2	18	440	24

Outrossim, a contratação considerará os seguintes sistemas de prevenção e combate à incêndio:

Local	Informações referentes aos sistemas de prevenção e combate a incêndio existentes em cada localidade.
Amambai	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Aquidauana	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Bataguassu	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Fórum Trabalhista de Campo Grande	Acesso de Viaturas, Alarme e Detecção de incêndio, Brigada de Incêndio, Controle de Materiais de Acabamento e Revestimento (CMAR), Extintores de Incêndio, Hidrantes e mangotinhos, Iluminação de emergência, Saídas de Emergência para Edificações em Geral - NT11, Segurança Estrutural, Sinalização de emergência, SPDA
Sede TRT - Campo Grande	Acesso de Viaturas, Alarme e Detecção de incêndio, Brigada de Incêndio, Controle de Materiais de Acabamento e Revestimento (CMAR), Extintores de Incêndio, Hidrantes e mangotinhos, Iluminação de emergência, Saídas de Emergência para Edificações em Geral - NT11, Segurança Estrutural, Sinalização de emergência, SPDA
Chapadão do Sul (Imóvel cedido)	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Corumbá	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Coxim	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Dourados	Acesso de Viaturas, Alarme de incêndio, Brigada de Incêndio, Controle de Materiais de Acabamento e Revestimento (CMAR), Extintores de Incêndio, Hidrantes e mangotinhos, Iluminação de emergência, Saídas de Emergência para Edificações em Geral - NT11, Segurança Estrutural, Sinalização de emergência
Fátima do Sul (Imóvel cedido)	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Jardim	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Mundo Novo	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Naviraí	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Nova Andradina	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Paranaíba	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Ponta Porã	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Rio Brilhante	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

São Gabriel do Oeste	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Três Lagoas	Acesso de Viaturas, Alarme de incêndio, Brigada de Incêndio, Controle de Materiais de Acabamento e Revestimento (CMAR), Extintores de Incêndio, Hidrantes e mangotinhos, Iluminação de emergência, Saídas de Emergência para Edificações em Geral - NT11, Segurança Estrutural, Sinalização de emergência

Diante da especificidade do objeto (Seguro Patrimonial na modalidade LMI Único para múltiplos imóveis) e considerando a frustração das tentativas de obtenção de propostas comerciais diretamente com o mercado segurador na fase de planejamento, cenário recorrente em licitações deste ramo, conforme histórico deste Tribunal (fracasso do certame anterior) e experiência compartilhada por outros órgãos, adotou-se metodologia alternativa para a definição do preço estimado.

O valor máximo aceitável foi calculado com base na Taxa Média de Apólice praticada em contratos recentes de órgãos públicos. A taxa obtida foi aplicada sobre o maior valor em risco.

Alinhado ao entendimento da Administração deste Tribunal e amparado pelo art. 24 da Lei nº 14.133/2021, optou-se por conferir caráter sigiloso ao orçamento estimado da contratação, pelas razões técnicas e estratégicas a seguir expostas:

- Fomento à Competitividade Real: A divulgação prévia do valor máximo aceitável (especialmente quando calculado por estimativa paramétrica e não por cotação direta) pode criar um "efeito âncora", induzindo as licitantes a ofertarem preços próximos ao teto, em vez de formularem suas propostas com base em seus custos reais e tábuas atuariais. O sigilo incentiva as seguradoras a oferecerem seus melhores preços para garantir a vitória na disputa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- **Mitigação de Riscos de Fracasso:** O mercado segurador oscila conforme a sinistralidade e políticas de subscrição de risco. Caso a estimativa pública esteja defasada ou aquém da expectativa momentânea do mercado, o certame corre risco imediato de deserção ou fracasso. O orçamento sigiloso permite que a Administração avalie a aceitabilidade das propostas com base na vantajosidade real apresentada na sessão, comparando-a com o mercado no momento exato da licitação.
- **Dificuldade de Precificação Prévia:** Conforme registrado nos autos, houve insucesso na obtenção de cotações formais na fase interna. A precificação de seguros depende de análise de risco complexa pelas seguradoras, que muitas vezes só a realizam na fase oficial de lances. O orçamento sigiloso protege a Administração de balizar o certame em valores que podem não refletir a precisão de uma cotação firme.

Ressalta-se que o sigilo não prejudicará o controle e a transparência. A planilha de custos e a justificativa detalhada do preço estimado constam dos autos do processo administrativo e estarão disponíveis, a qualquer tempo, aos órgãos de controle interno e externo (art. 24, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

Conforme diretriz consolidada pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão 2.190/2024-Plenário), o sigilo do valor estimado será divulgado imediatamente após o encerramento da etapa de lances. A publicidade nesse exato momento processual é indispensável para viabilizar a etapa de negociação, fornecendo um parâmetro objetivo e transparente para que o pregoeiro exija a adequação da proposta vencedora ao limite orçamentário real do órgão, garantindo a efetividade da licitação.

VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência:

O objeto da presente contratação consiste na contratação de Seguro Patrimonial para os imóveis e conteúdo (móveis, máquinas e equipamentos) de propriedade deste Tribunal, na modalidade Limite Máximo Indenizável Único, conforme as especificações e condições do Termo de Referência e seus anexos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

A contratação deverá ser única e indivisível, compreendendo o seguro de todas as localidades constantes no item II deste ETP. A composição de item único visa ampliar a competitividade, além de proporcionar eficiência nos procedimentos relativos à contratação, ao acompanhamento da fiscalização.

IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

A contratação de seguro reflete a preocupação da Administração em resguardar patrimônio da União, garantindo uma gestão responsável e transparente, que assegura que os recursos sejam utilizados de forma prudente, com intuito de preservar os meios necessários para a prestação jurisdicional.

X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato:

Não há necessidade de adequação do ambiente da organização, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, conforme art. 18, § 1º, inciso X da Lei 14.133/2021.

XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes:

As informações que subsidiaram as especificações destes autos foram obtidas com os setores responsáveis, sendo oriundas de processos de reforma predial, obtenção de alvarás de bombeiros, avaliações de imóveis e de segurança patrimonial: 2946/2024, 15667/2018, 1148/2024, 1417/2024, 22823/2020, 3639/2024 e 5094/2017

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:

Consta no item III deste ETP, os critérios de sustentabilidade que serão aplicados no certame e suas justificativas. Tendo em vista as características do objeto, não constatamos possíveis impactos ambientais oriundos desta contratação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

XIII – Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade:

O presente estudo preliminar evidencia a viabilidade da contratação de seguro patrimonial para os prédios e conteúdo de propriedade deste Tribunal, para o período de vigência de 12 (doze) meses; uma vez que esta é a forma de contratação que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos com a mitigação dos riscos e observância dos princípios da economicidade, eficácia e eficiência.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Nome: **João Marcio H. Talarico**

Telefone: **3316-1843**

E-mail: **material@trt24.jus.br**

Nome: **Mateus Cominetti**

Telefone: **3316-1891**

E-mail: **socioambiental@trt24.jus.br**

Paulo Sergio Petri

Telefone: **3316-1826**

E-mail: **compras@trt24.jus.br**

Nome: **Rafael Pereira Cardozo**

Telefone: **3316-1846**

E-mail: **compras@trt24.jus.br**

Nome: **Derik Novaes Cardoso**

Telefone: **3316-1846**

E-mail: **compras@trt24.jus.br**